

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° , DE 2008

(Do Sr. JUVENIL)

Requer seja aprovada a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer as razões do refazimento da Operação Satiagraha, bem como detalhamento dos respectivos gastos da operação e eventuais prejuízos financeiros à Nação Brasileira.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer esta Casa Legislativa sobre as razões do refazimento da Operação Satiagraha, bem como detalhamento dos respectivos gastos da operação e eventuais prejuízos financeiros à Nação Brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

Os noticiários brasileiros não cuidam de outro assunto, senão a chamada Operação Satiagraha da Polícia Federal, que envolve o conhecido banqueiro Daniel Dantas.

O Ministro da Justiça tem declarado que, diante dos vícios ocorridos na origem, nova investigação está sendo realizada para corrigir distorções iniciais.

É de conhecimento de todos que essas operações envolvem elevados custos para o Erário Público e, via de regra, tratam de matéria de desvio de recursos praticado pelos investigados em desfavor da UNIÃO FEDERAL.

O fenômeno é de competência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Não há, atualmente, comissão especial ou CPI que trate desta específica questão, razão pela qual o presente requerimento, além de legal, mostra-se deveras oportuno.

Sem adentrar nas questões jurídicas, também amplamente debatidas pela mídia, o tema não pode passar *in albis* por esta Casa, sendo premente o esclarecimento da verdade dos fatos e, principalmente, das razões do refazimento da Operação Satiagraha, bem como detalhamento dos gastos e eventuais prejuízos financeiros à Nação Brasileira.

Cumpre ressaltar que, além de legítimo o presente pleito, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça já prestou informações à mídia. Todavia, tais notícias e publicações padecem de credibilidade legal.

Impõe-se, em caráter urgente, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, para apresentar todas as circunstâncias que envolvem a Operação Satiagraha, sem prescindir de um quadro demonstrativo das despesas efetuadas e eventualmente desperdiçadas em face da necessidade do refazimento da referida Operação, em que constem os gastos e/ou prejuízos financeiros sofridos pela UNIÃO FEDERAL em decorrência das práticas envolvidas e, em sendo o caso, detalhamento de eventual perda do direito de reparação pelas mazelas decorrentes de erros na condução da Operação.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2008.

Deputado Federal JUVENIL

Líder do PRTB